

O SERINGAL PORONGA
MEMÓRIAS DE
PASSADO CONSTRU

O SERINGAL PORONGABA: MEMÓRIAS DE UM PASSADO CONSTRUÍDO

KARINE NARAHARA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO/RJ, BRASIL

O SERINGAL PORONGABA: MEMÓRIAS DE UM PASSADO CONSTRUÍDO

Resumo

Este artigo enfoca elementos da história de um seringal localizado na beira do rio Iaco, leste do estado do Acre, a partir da narrativa de seus moradores. Trata-se de um passado construído que aponta para a perda da centralidade do *cortar seringa* no cotidiano das *colocações*, com a saída de cena dos *patrões de antigamente* e a desestruturação dos seringais empresa. Neste contexto, muitos grupos domésticos abandonaram o seringal, transferindo-se para a *rua* (áreas urbanas) ou para outras áreas rurais. Entretanto, muitos outros seguiram vivendo lá, indicando que outros fatores, além do econômico, foram levados em consideração.

Palavras-chave: Reserva extrativista, seringal, seringueiros, castanha do Brasil, Amazônia, Acre, rio Iaco.

THE PORONGABA RUBBER ESTATE: MEMORIES OF A CONSTRUCTED PAST

Abstract

This paper focuses on historical elements of a rubber estate, located on the margins of the Iaco river, east of Acre, as narrated by their inhabitants. This constructed past points to the loss of importance of *cutting rubber* in the *settlements*, with the *patrons of beforetime* leaving the scene and the deconstruction of the rubber estate enterprise. In this context, many of the members of the domestic groups left the rubber estate, moving to the *street* (urban areas) or to other rural areas. However, many others stayed living there, indicating that other factors, besides the economical, were taken into account.

Keywords: Extractive reserve, rubber estate, rubber tappers, Brazilian nut, Amazonia, Acre, Iaco river.

EL SERINGAL PORONGABA: RECUERDOS DE UN PASADO CONSTRUIDO

Resumen

Este artículo enfoca la historia de un seringal, situado en el río Iaco, región este de la provincia de Acre, contada por sus habitantes. Un pasado construido que apunta para la pérdida de centralidad del *cortar goma* en el cotidiano en las *colocações*, con la salida de escena de los *patrones de antigamente* y la desestructuración del seringal empresa. En este contexto, muchos grupos domésticos abandonaron el *seringal*, mudando para la *calle* (áreas urbanas) o otras áreas rurales. Todavía, muchos otros quedarán viviendo allí, mostrando que otros factores, además el económico, se han tenido en cuenta.

Palabras-clave: Reserva extractivista, seringal, caucheros, castaña de Brasil, Amazonía, Acre, río Iaco.

Endereço da autora para correspondência: Rua Eulina Ribeiro, nº 130, apto. 402, Engenho de Dentro, CEP 20.745-110, Rio de Janeiro/RJ.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa mais ampla, sobre os mecanismos relacionados aos circuitos de troca (intercâmbio mercantil) e de reciprocidade (dar-receber-retribuir dádivas) entre grupos domésticos do *seringal* Porongaba, no leste do Acre¹ (Narahara 2011) (Figura 1). Estes circuitos foram considerados nas suas interfaces com as atividades agroextrativistas e de criação de animais domésticos, a partir de uma perspectiva maussiana (Mauss 2003a).

Em 2010, convivi com os grupos domésticos do *seringal* nas duas estações – *verão* (estação seca) e *inverno* (estação chuvosa). Apesar desta vivência ter se concentrado na área inserida dentro dos limites formais² do seringal Porongaba, não se restringiu a esta delimitação legal, envolvendo outros seringais próximos.

A escolha deste *seringal* ocorreu por um motivo: dentre os seringais no sudoeste amazônico que já havia conhecido, o Porongaba era o único em que a maior parte dos grupos domésticos residia no *centro* (áreas florestadas) e não na *margem* (beira do rio) do *seringal*. Minhas vivências em outros seringais da região e a própria literatura (Zanoti 1979; Iglesias 1998; Almeida 1993; Almeida *et al.* 2002) indicavam uma tendência ao esvaziamento dos *centros*: com as sucessivas “crises” no mer-

cado mundial da borracha, desde o início do século XX, a maior parte dos grupos domésticos migrou para as *margens* e para as cidades.

Em uma primeira aproximação poderíamos pensar: os grupos domésticos permaneceram ali motivados pelo extrativismo da castanha do Brasil. Considerando que no estado do Acre este é um dos principais produtos florestais – em termos de movimentação monetária (IBGE 2009) – essa seria uma explicação plausível para os economistas. Porém, uma análise puramente econômica não bastaria para que pudéssemos compreender as formas de sociabilidade em que se baseavam a permanência dos moradores no *seringal*, residindo no *centro*. Na linha do que nos propõe Sahlins (2007) a atualização das relações do sistema mundial nos esquemas culturais locais faz com que a vida não se resume a um mero reflexo da economia.

O *seringal* Porongaba está localizado na região leste do Acre, no chamado médio Rio Iaco, e estende-se da beira deste rio até a beira do rio Espalha, cruzando o *Riozinho*; este último desemboca no rio Espalha, e é referido por alguns moradores como *Riozinho do Rola* (Figuras 1 e 2). Passando o *Espalha* é possível chegar a *Xapuri* – nome de um município localizado no Vale do rio Acre e de um rio deste mesmo vale.

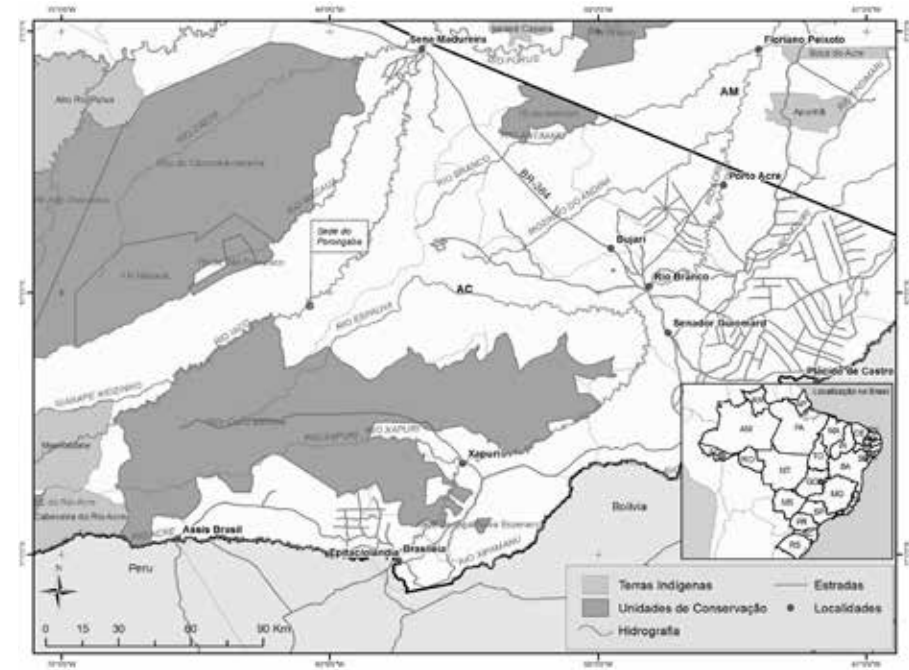


Figura 1. Localização regional do seringal Porongaba.

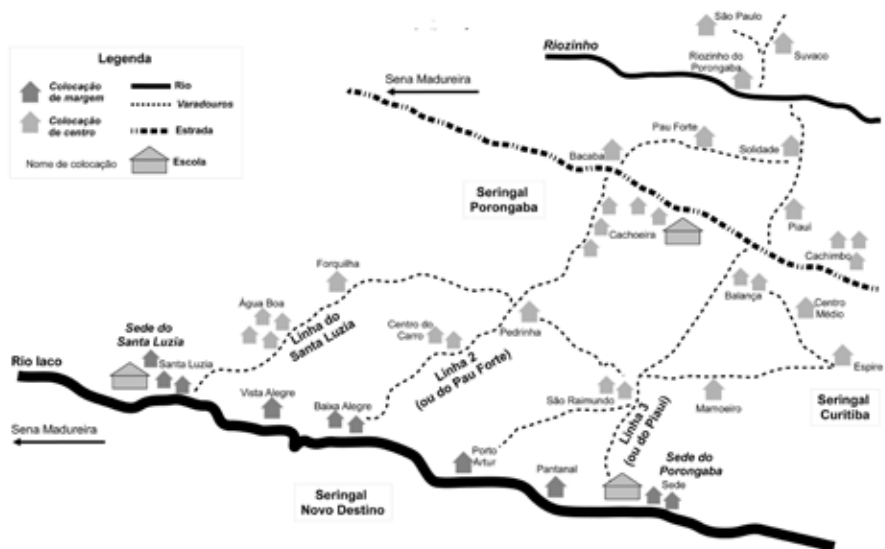


Figura 2. Croqui do seringal Porongaba.

O principal, nos termos de Queiroz (1973), “centro de atração” para os moradores do *seringal* é a cidade de Sena Madureira (AC). O principal acesso ao *seringal* é através do rio Iaco, partindo desta cidade. No *inverno*, a viagem dura entre três e quatro dias de *batelão*, ou cerca de dois ou três dias de *canoa* com motor do tipo *rabeta*. Da *margem* do rio Iaco ao *centro* leva-se de duas a 10 horas de caminhada pelos *varadouros* (caminhos em meio à floresta), dependendo da *colocação* e da velocidade de caminhada. Os moradores que possuem cavalos costumam utilizá-los para circular por esses caminhos. As *colocações* são as unidades básicas que formam um seringal, destinando-se à residência e também às atividades produtivas.

No *verão*, momento em que o trânsito pelo rio Iaco fica bastante prejudicado, há um acesso através de uma estrada não asfaltada – a *rodagem* – que cruza o *centro* do *seringal* (Figura 2). Nesta estrada os moradores costumam utilizar *toyotas* para deslocar-se, as quais fazem o trajeto entre o *seringal* e Sena Madureira a cada sete ou 10 dias. O custo do transporte terrestre chega a ser duas ou três vezes maior que o custo do transporte fluvial, de maneira que os moradores quase sempre utilizam os barcos para deslocar-se e para transportar *mercadorias* (produtos industrializados) compradas na cidade. Sal, óleo de cozinha, açúcar, café e sabão em barra eram algumas das principais *mercadorias* consumidas pelos grupos domésticos.

Em 2010, havia 38 grupos domésticos vivendo no *seringal* Porongaba, sendo 28 no *centro* e o restante na *margem*.

Como a *margem* refere-se ao rio Iaco, as *colocações* localizadas entre o Iaco e o *Riozinho* e entre o *Riozinho* e o rio Espalha são consideradas de *centro* (Anexo 2). Praticamente apenas as *colocações* entre o rio Iaco e o *Riozinho* tinham grupos domésticos residindo, estando quase todas as *colocações* entre o *Riozinho* e o rio Espalha vazias. Um grupo doméstico residia na beira do *Riozinho* e outros dois próximos dali.

A maioria dos grupos domésticos residia em *barracas* (casas de moradia) feitas de *paxiúba* (palmeira comum na região) e cobertas de *palha* (geralmente de *jarina*, também uma palmeira). Poucos moradores residiam em construções de madeira serrada cobertas com telhas, consideradas como uma *boa casa*. Não existe fornecimento de energia elétrica no *seringal*, sendo que em 2010 três famílias possuíam um televisor, alimentado por placas solares. O principal meio de comunicação, além de recados orais, cartas e bilhetes que circulam pelas mãos de moradores e visitantes, é o rádio. Apesar de não existirem postos de saúde, duas agentes de saúde, residentes no local e contratadas pela Prefeitura Municipal de Sena Madureira, atendem os moradores do *seringal*. Em 2010, havia três escolas em funcionamento, sendo duas localizadas na *margem* e uma no *centro*.

O trabalho nas *colocações* envolve o extrativismo de castanha, a agricultura, a produção de borracha e a criação de animais (gado, aves, porcos, animais de montaria e caprinos). Existem distintas formas de relação entre os grupos domésticos para realização de atividades

laborais, como, por exemplo, *adjuntos* (mutirões), trabalho *de meia*, trabalho *de diária* e *troca de dia* (Narahara 2011). Os laços de parentesco destacam-se em muitas dessas relações, especialmente naquelas que não envolvem remuneração, por mais que estas possam ocorrer também entre grupos domésticos afins. Importante ressaltar que essas relações podem ser estabelecidas entre grupos domésticos que residem em *seringais* distintos.

O *quebrar castanha* era a principal fonte de recursos monetários da grande maioria dos grupos domésticos do *seringal* Porongaba (ICMBIO 2008), sendo que para alguns grupos esta era a única forma de geração de recursos monetários. Outras fontes de renda eram a venda de animais, a venda de produtos do *roçado* (no caso de grupos domésticos que vivem na *margem*), benefícios sociais (como aposentadoria e Bolsa Família) e trabalhos remunerados (como o de *peão*).

É com os recursos gerados pela extração de castanha que a maior parte das *mercadorias* que entram no *seringal* eram adquiridas na *rua* (área urbana), ou com os compradores de castanha que circulavam no Porongaba. No ano de 2010, o principal comprador da castanha produzida no *seringal*, em termos de quantidade, foi um intermediário da Cooperativa dos Produtores Rurais do Vale do Rio Iaco – COOPERIACO, que reside no próprio *seringal*. A COOPERIACO era uma das principais compradoras de castanha no rio Iaco, e faz parte da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre – COO-

PERACRE, uma das principais comercializadoras de castanha do Acre. Vale mencionar que a COOPERIACO foi criada a partir do apoio fundamental do padre Paolino Baldassari, do qual falaremos a seguir³.

A venda de cabeças de gado desempenha um papel particular na economia dos grupos domésticos, como é comum nos seringais da região (Pantoja et. al. 2009). Dos 38 grupos domésticos que vivem no *seringal*, ao menos 28 possuíam alguma cabeça de gado, com rebanhos que variavam de uma a 95 cabeças (ICMBIO 2008). A venda de uma ou várias cabeças podia ocorrer para outro morador do próprio *seringal*, mas em geral era feita para *fazendeiros* da região. Essa venda muitas vezes ocorria numa situação de *precisão*: quando algum morador necessitava, por exemplo, ir para a *rua* por conta de algum problema de saúde. Os recursos obtidos também podiam ser utilizados para algum investimento na *colocação*.

Importante destacar, entretanto, que *quebrar castanha* e *criar gado* não são meras soluções econômicas. Através dessas atividades, vínculos entre parentes e afins são renovados, seja através de formas de cooperação no trabalho, no compartilhamento de áreas de pastagem ou na circulação de alimentos. A posse de cabeças de gado representa uma importante forma de diferenciação de status entre os grupos domésticos, além de estabelecer conexões peculiares com o universo religioso (seja através de banquetes oferecidos nas festas de celebração de santos católicos, ou da atribuição de um papel divino no sucesso dos rebanhos).

Interessante notar, ainda, conforme demonstrei anteriormente (Narahara 2012), que para os moradores do *seringal* Porongaba *quebrar castanha* e *criar gado* podem não ser atividades opostas e excludentes, mas sim atividades complementares, subjazendo a ideia de que existem formas de *criar gado* sem *destruir a mata*.

A seguir compartilho alguns elementos da história do *seringal* Porongaba que ajudam a reconstruir o cenário de mudanças na ocupação dos seringais da região. Porém, não se trata de um ensaio sobre os registros e referências históricas oficiais da região dos rios Purus e Iaco e de Sena Madureira, tão bem apresentados por autores como Cunha (2005), Melo (1994) e Tocantins (1979). Tomo as memórias dos moradores do próprio *seringal* como ponto de partida.

Foi a partir do convívio cotidiano com os grupos domésticos do *seringal* que pude acessar essas memórias. Realizei entrevistas semiestruturadas abordando questões relativas às histórias de suas famílias e também ao passado do *seringal* e da região. Também realizei entrevistas menos sistemáticas com alguns residentes na cidade de Sena Madureira, que mantinham alguma vinculação com o *seringal* Porongaba.

Ao tomar por base essas lembranças, mais do que situar o *seringal* dentro da história da região, acesso elementos de um passado construído pelos moradores que ajudam a compreender o cotidiano vivido no presente. Seguindo Sahlins (2003), exploro a ideia de que

a história é organizada a partir dos esquemas de significação de um grupo social, assim como estes esquemas culturais são ordenados a partir de construções históricas.

O TÚMULO DA FREIRA

Santa Luzia é o nome dado a uma das *linhas* do *seringal* Porongaba e também a segunda *sede do seringal*, localizada na *margem*. A outra *sede*, a principal, é conhecida como *sede do Porongaba*, e também se localiza na beira do rio Iaco. As *linhas* são os eixos dos *varadouros* principais de um *seringal*. No caso do Porongaba são três, sendo que uma delas recebe o nome de Santa Luzia. As outras duas, mais à montante, não costumam receber um nome específico; mas ouvi um morador com mais de 30 anos, que vive no *seringal* desde muito jovem, referindo-se a elas como *linha do Pau Forte* e *linha do Piauí* (Figura 2). Poucos moradores consideram o Santa Luzia como outro *seringal*. Para a grande maioria a *linha do Santa Luzia*, com sua *sede*, faz parte do Porongaba.

Nos tempos do *seringal* empresa⁴ o termo *sede* demarcava a localização do *barracão*⁵ e da parte administrativa do empreendimento (Almeida 1993; Zanoti 1979). Por uma questão logística (já que a borracha era escoada pelos rios) a *sede* sempre se localizava na *margem* (Teixeira 1980). Em muitos seringais acreanos, mesmo aqueles que foram abandonados pelos antigos *patrões* da borracha, o termo ainda é de uso corrente. Hoje o que é

referido como *sede* de um seringal é, quase sempre, o local onde se localizam as escolas da *margem*, como é o caso do *seringal* Porongaba (Figura 2).

Na *sede do Santa Luzia* havia um cemitério onde estão enterrados adultos e *anjos* (crianças falecidas). No mesmo cemitério estava o *túmulo da freira*. Esta *freira* seria, segundo o padre Paolino, a proprietária do *seringal* Porongaba, cujas terras a ela pertenceriam por herança de família.

A primeira vez que ouvi sobre este túmulo foi mencionada uma lápide em pedra com algumas palavras escritas. O comentário havia me deixado curiosa, afinal todos os túmulos que já havia visto em seringais eram sinalizados apenas com uma cruz de madeira ou uma *capela* (sepulturas cobertas por uma estrutura de madeira e telhas de zinco). Nunca havia visto em um seringal uma sepultura como a que estava sendo descrita. D. Cléo, que atualmente vive na *margem* em uma *colocação* próxima ao Santa Luzia, conta como tomou conhecimento do *túmulo da freira*.

“Na época que eu cheguei aqui eu vi ali aquela catacumba. A gente via bem, só que a gente nunca para para prestar atenção, e tal. Não achei também que fosse de tanta importância. Depois que eu vi o padre, quando começaram a falar aí que iam explorar tudo, aí o padre se meteu e disse que é de uma freira. Essa freira não tinha parente, não tinha filho para herança. Aí, ela doou, é da Igreja isso. O que o padre fala é isso. É o que a gente sabe falar. Não sei mais dessa freira. Até porque era do Ceará, talvez esteve

por aqui, aí morreu” (D. Cléo, Seringal Porongaba, 11/09/2010).

Num final de semana fui *passear*⁶ na *margem* do Porongaba, quando tive oportunidade de conhecer a *sede do Santa Luzia* e seu cemitério, localizado próximo a uma das *barracas*. No local a maior parte das sepulturas estava marcada com cruzeiros feitos de madeira, todas pintadas de branco. Dois túmulos possuíam *capelas*, feitas de madeira.

A *sepultura da freira* era cercada por uma grade de ferro (Figura 3). Parte desta estrutura estava bastante retorcida e já havia caído no chão. A parte caída no chão provavelmente compunha uma estrutura semelhante a uma cobertura. Havia uma lápide no chão, em formato retangular, feita de mármore. Sinal de que ali provavelmente foi enterrada uma pessoa de grande prestígio.



Figura 3. Visão geral da *sepultura da freira*. No compartimento superior encontra-se a lápide.

A pedra tinha bastante limo, e sua parte superior estava rachada pelo crescimento de uma planta. Havia inscrições na lápide em uma grafia de português antigo, bastante difícil de ler em virtude do limo e pelo desgaste da pedra com o tempo. Tentamos decifrar o que estava escrito (Figura 4):

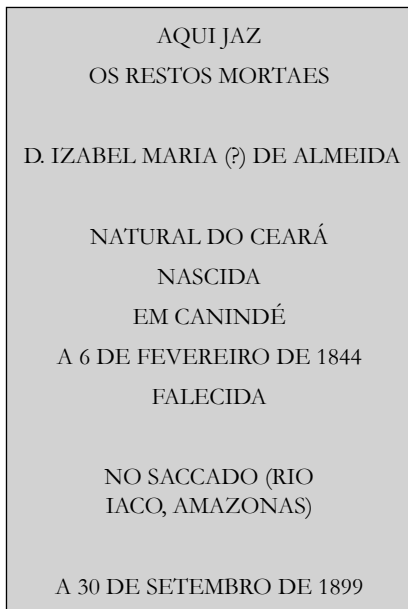


Figura 4. Inscrição na lápide da sepultura

De acordo com as informações da lápide, a mulher, nascida na cidade de Canindé (CE), teria falecido com 55 anos de idade. Assim como ela, a maior parte dos imigrantes vindos para os seringais acreanos tanto no século XIX quanto em meados do século XX, já na retomada do comércio mundial de borracha, eram oriundos do Nordeste do Brasil, em especial do Ceará (Benchimol 1992; Melo 1979; Pantoja 2008). A força da colonização cearense transparece para qualquer visitante de um seringal da região que indague sobre a origem dos antepassados dos moradores.

O interessante é que a maioria dos moradores adultos do *seringal* Porongaba mencionava que os pais nasceram em seringais da bacia do Purus. Poucos eram os casos de moradores na faixa dos 40 e 50 anos cujos pais não tivessem nascido na região dos rios Iaco,

Macauã e Purus. Um sinal de que a maior parte dos antepassados nordestinos dos moradores do Porongaba veio para a região na época dos primeiros empreendimentos de seringa.

O falecimento dessa mulher, em 1899, ocorreu num local chamado “Saccado” no rio Iaco; uma provável referência ao *seringal* Sacado, limítrofe do Porongaba a jusante deste último, também na margem direita do Iaco.

Além do compartimento onde estava a lápide existiam dois compartimentos menores, divididos também por um gradeado de ferro, de acordo com o esquema abaixo (Figura 5).

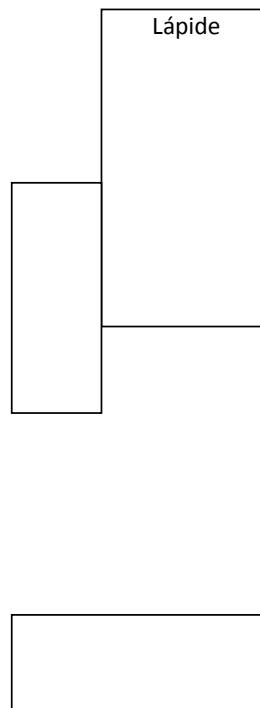


Figura 5. Esquema representando compartimentos da *sepultura da freira* no cemitério da *sede do Santa Luzia*, no *seringal* Porongaba.

Um casal que vivia na *sede* do *seringal* Novo Destino (localizado na outra beira do rio Iaco, em frente ao Porongaba) comentou que a freira a qual padre Paolino refere-se teria morrido em tempos mais recentes. Nenhum morador do Porongaba disse ter conhecido a freira. Alguns apenas diziam já ter ouvido o padre comentar sobre esta suposta *dona*⁷ do *seringal*. Não posso afirmar se a sepultura em questão é ou não da *freira* que o padre indica ser a proprietária do *seringal* Porongaba. Ouvi até um comentário de que a *freira* enterrada no *seringal* seria a *dona* do Santa Luzia.

O caso indica que, pela antiguidade da sepultura, a ocupação do Porongaba remete à formação dos primeiros seringais empresa no rio Iaco ainda no século XIX. Numa publicação de um roteiro do rio Purus e de seus afluentes do início do século XX (Ferreira 1910) há a indicação da existência de um local, no rio Iaco, denominado “Purangaba” (uma provável referência ao *seringal* Porongaba) logo abaixo de outro local denominado “Curitiba” (há um *seringal* de nome Curitiba, limítrofe a montante do Porongaba). Abaixo desses locais havia outros denominados “Novo Destino”, “S. Luzia” (provavelmente uma referência ao Santa Luzia) e “Saccado” (provavelmente o mesmo local onde teria vindo a falecer a mulher enterrada na sepultura da lápide). Além dessa referência histórica, a figura da *freira* é mobilizada como elemento do conflito que motivou o processo de criação da Reserva Extrativista do Médio Iaco (doravante denominada reserva).

Este processo foi iniciado pela superintendência do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis – IBAMA no Acre, em 2004, tendo como grande incentivador o padre Paolino Baldassari, responsável pela prelazia de Sena Madureira. O Padre Paolino, como é conhecido por todos, é uma liderança religiosa e política do estado do Acre que atua junto aos “povos da floresta” nos rios Iaco e Purus há mais de cinco décadas. A partir de 2007, o processo de criação da reserva passou a estar sob a responsabilidade do então recém-criado Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, nunca tendo sido concluído.

A principal motivação da demanda dos moradores do *seringal* pela criação da reserva foi a ameaça de extração comercial de madeira na área, que supostamente pertenceria a um empresário do ramo madeireiro, conhecido na região do sudoeste amazônico como Crosseta. O padre Paolino, contudo, alega que o *seringal* pertence a uma freira já falecida:

Coronel Pessoa era dono de vários seringais e só tinha uma filha. Ela estudava aqui no Colégio Santa Juliana [localizado na cidade de Sena Madureira] e decidiu ser freira. De fato, foi uma freira e foi trabalhar em Rio de Janeiro. O pai morreu e deixou como herança para a filha o Porongaba e o Santa Luzia. [...] Então a irmã morreu. À superiora ela mandou dizer “nós temos essa propriedade lá, é longe, nós não conhecemos nada. Então, você fica com essa propriedade e usa para a pobreza”. Então foi que eu disse aos seringueiros “você são donos dos seringais”. Entreguei

para os seringueiros, não por escrito nem nada. Não tem dono o seringal Porongaba [...] Disse ela que queria ter entregado para os pobres, para os seringueiros. (Padre Paolino Baldassari, Sena Madureira, 01/02/2010, grifo meu).

Para o padre Paolino o *seringal* não tem dono, no sentido de um proprietário formal de suas terras. Os próprios *seringueiros* que vivem no *seringal* Porongaba seriam os seus verdadeiros donos. Legitimados não só pela doação da freira antes de seu falecimento, mas também pelo histórico de ocupação do lugar. Muitos moradores afirmavam que uma pessoa não pode ser *dona da terra*: se “*Deus criou tudo*” e “*deixou a terra*” para todos como uma única pessoa pode ser *dona*? De quem essa pessoa comprou a terra? A noção de que ninguém é *dono da terra* é coerente com o sistema de compra e venda de *colocações* presente na região, no qual o que se vende são as *benfeitorias*, o trabalho investido no lugar, e não a terra em si. A própria ideia de que uma *freira* seria a dona do *seringal* foi questionada certa vez por um dos moradores; o que parece estar de acordo com a noção de que ninguém pode ser *dono da terra*.

Segundo o levantamento fundiário que compõe o processo formal de criação da reserva, o *seringal* Porongaba teria um proprietário com títulos válidos. Padre Paolino, no entanto, já questionou publicamente a validade deste título de propriedade. É importante deixar claro que não pretendo aqui validar ou invalidar a titularidade sobre as terras do *seringal* Porongaba. Apenas quero indicar os conflitos que estão em jogo.

Além disso, as informações que utilizo representam a visão daqueles que são meus principais interlocutores de pesquisa.

Os moradores do Porongaba nunca haviam tido contato com o suposto proprietário do *seringal*, mencionando apenas que achavam que ele morava em São Paulo (SP). Para os moradores a existência deste proprietário objetivou-se por volta de 2004, quando um grupo de trabalhadores contratados por ele, todos vindos de fora do *seringal*, realizou um levantamento florístico para elaboração de um Plano de Manejo Florestal Sustentável visando à extração de madeira. Manoel Preto, que vive com seu grupo doméstico no *centro* do Porongaba, relembra essa época.

“Os **posseiros** dessa terra aqui tudo nervoso. Teve deles aí que andou até ameaçando uns chumbos. E a turma, mais ou menos uns trinta peões na mata, que não estavam nervosos. Por que podia juntar o pessoal aí pra expulsar eles que eles não combatiam eles não, já que eles estavam armados na mata. (...) só estavam esperando [os peões] (...) chegar o verão e resistir, é só o que eles [os peões] falavam. [Falavam] que o projeto de manejo era deles e eles eram mandados, e eles não iam sair dessa mata, iam empicando mesmo e ficaram aí bem três meses (...). Espantando caça com motor (...). (Manoel Preto, Seringal Porongaba, em 11/03/2010, grifo meu).

Manoel relata a tensão entre os moradores (*posseiros*) do *seringal* e os *peões* que estavam realizando o levantamento florístico para o plano de manejo, com a

possibilidade de um conflito entre as partes. Segundo ele um morador do *seringal* chegou até a soltar uma canoa, utilizada pelos *peões*.

O plano de manejo foi protocolado junto à superintendência acreana do IBAMA, em 2004, por Julio Galvane Batista, oficialmente o proprietário do seringal de acordo com este processo. O documento incluía vinte e sete mil dos trinta mil hectares que formalmente compõem o seringal Porongaba. Após o episódio de 2004 não houve mais nenhuma movimentação no *seringal* Porongaba relacionada à implementação deste plano de manejo. E até o início de 2010 seu processo documental no IBAMA não havia tido nenhuma nova movimentação. Havia uma preocupação por parte dos moradores do *seringal* de que a extração comercial de madeira colocasse em risco a forma como vivem em suas *colocações* (Narahara 2011).

Nesse contexto, a figura do padre Paolino é associada à garantia dos direitos dos moradores sobre o *seringal*:

“O padre promete que enquanto ele for vivo que a Porongaba é da igreja, é a floresta... Uma vez o padre Paolino falou nessa Porongaba que isso é dele porque isso aqui era de uma freira. [...] Eu sei que ele disse que no Porongaba não podia madeireiro entrar, que ela é da igreja. Porongaba é dele, ele fala que é dele. Por isso que eu digo, eu sempre rezo e imagino, enquanto o padre for vivo talvez tá difícil pros homens entrarem, pros madeireiros entrarem” (Manoel Preto, Seringal Porongaba, em 11/03/2010).

MEMÓRIAS DO SANTA LUZIA: ENTRE LIMITES FORMAIS E OUTRAS DELIMITAÇÕES SOCIAIS

A *linha* do Santa Luzia ficou *fechada* por um tempo, sem nenhum morador ocupando suas *colocações*. Foi o *finado* Tonó quem reabriu a *linha*, há mais de trinta anos. Sr. Antônio Tonó (que vive na *sede do Santa Luzia* e é filho do *finado* Tonó) contou que o *finado* Hermes, antigo *patrão* do *seringal* Porongaba, havia pedido que seu pai reabrisse a *linha*, e que a *cedeu* então para o *finado* Tonó.

Essa *linha* era *aviada*⁸ desde a sua própria *sede*, enquanto as outras duas *linhas* do *seringal* eram *aviadas* desde a *sede do Porongaba*. Havia então um *comboio*⁹ que circulava exclusivamente nessa *linha* levando *mercadorias* da *sede do Santa Luzia* na *margem* para as *colocações* no *centro*; e trazendo a produção de borracha para esta *sede*.

No passado a borracha era escoada para os centros urbanos exclusivamente por meio fluvial. Hoje o meio primordial de acesso à *rua* continua sendo o rio Iaco (no *inverno*), como mencionado. Além do custo financeiro da viagem pela *rodagem* ser maior, o tempo do *inverno* é também tempo de *quebrar castanha*, época de maior disponibilidade de recursos financeiros. Entretanto, parte da produção extrativista do *seringal* (basicamente castanha, neste caso) é escoada por via terrestre pela *rodagem*, durante o *verão*, por mais que a negociação da compra ocorra quase sempre no *inverno*.

O *finado* Tonó seria o *gerente* do *patrão* Hermes responsável por *aviar* os moradores desta *linha*. Quando o *finado*

Hermes *saiu* do *seringal* Porongaba foi o *finado* Tonó quem continuou *avianado*, agora por conta própria, a *linba* do Santa Luzia. Porém, logo depois Tonó veio a falecer.

Por mais que para a maioria dos moradores o Santa Luzia faça parte do *seringal* Porongaba, alguns entendem que Santa Luzia e Porongaba são dois *seringais* diferentes. Para D. Cléo, que reconhece uma origem comum do Santa Luzia e do Porongaba, a existência de duas *sedes* marca a divisão em dois *seringais* distintos.

“Esse seringal aí, que agora é repartido e chama Santa Luzia e Porongaba, era um só. Porque a Santa Luzia era a colocação. Aí foi feita uma sede lá. Aí que repartiram eles fizeram assim com dois seringais. Até que no meu documento é tudo Santa Luzia. Porque eu tirei com Santa Luzia, não é? E tudo que eu faço é Santa Luzia, porque nos meus documentos tudo é Santa Luzia. Mas agora não, agora ficaram alinhados os dois, assim, tanto faz. Mas eu mesmo, na real, meus documentos é tudo Santa Luzia” (D. Cléo, Seringal Porongaba, 11/09/2010).

Esta falta de consenso sobre a definição dos limites do *seringal* Porongaba, e sobre a ideia de que o Santa Luzia é outro *seringal*, aponta para a flexibilidade dos limites dos *seringais* para os moradores, desde que se entenda esses limites não como fronteiras físicas ou formais apriorísticas, mas como delimitações sociais.

Os limites formais dos seringais resultam de processos de delimitação social que estabelecem aquela unidade

enquanto uma propriedade privada, na acepção jurídica hegemônica do termo; remetem aos limites que incluem as *colocações* que do ponto de vista burocrático fazem parte do seringal.

Porém, esta unidade não nos permite compreender uma série de dinâmicas sociais nessas áreas. Esses limites formais são transpassados por densas redes de relações e vinculações sociais, que em alguns casos chegam a ultrapassar uma microregião ou microbacia, incluindo até mesmo a *rua*¹⁰. As redes de parentesco (incluindo o parentesco ritual) mobilizadas pelos grupos domésticos destacam-se nessa interação com outros limites sociais e com os diversos tempos e espaços “ecológicos”. Entendendo os aspectos “ecológicos” da vida no *centro – margem* e no *seringal – rua* não como determinismos geográficos, mas como realidades mediadas pelos “múltiplos estados sociais” (Mauss 2003b).

Geertz (1967 e 1980), partindo de uma crítica ao reducionismo de análises tipológicas, demonstra a possibilidade de uma abordagem metodológica que considera as diferentes formas de agrupamentos presentes em uma determinada localidade. Para Bailey (1971), a “vida comunitária” pode ser encontrada em qualquer tipo de associação (formal ou informal), de maneira que um indivíduo interage com outro de diversas formas, assumindo diferentes papéis, estabelecendo o que o autor denomina “vínculos múltiplos”.

A partir destes dois autores, percebe-se que os agrupamentos sociais não estão relacionados necessariamente à vizi-

nhança espacial. O seringal (enquanto uma propriedade privada, com limites fixos e bem demarcados, reconhecidos pela burocracia estatal) quando compreendido a partir das relações sociais nele engendradas passa a ser muito mais que um conjunto de linhas fixas e demarcadas em um mapa. Pois, além destes critérios fundiários, ele possui outros critérios de referência, como o do antigo *barracão*, identificado com a sua *sede*; e o das *colocações* vizinhas e aparentadas, com seus múltiplos nichos e recursos naturais, conectadas por diversas redes e sistemas sociais. Assim, o espaço ganha outros contornos e compreensões, e os sinais que demarcam os mapas podem ser resignificados pela vida que tece as diversas redes sociais.

O TEMPO DA SERINGA NO PORONGABA

Sr. Antônio Maciel, um dos moradores mais antigos do Porongaba, hoje com 57 anos, chegou ao *seringal* ainda criança, com cerca de quatro anos. Nasceu no *seringal* Guanabara, localizado mais acima no rio Iaco, hoje parte da Reserva Extrativista Chico Mendes. Seu pai, o *finado* Raimundo Maciel, nasceu no Ceará e veio direto para o *seringal* Guanabara, na época da II Guerra Mundial. Antes de seu pai, um tio de Sr. Antônio já havia vindo do Ceará para trabalhar *cortando borracha* no Acre.

“Dizia ele [o *finado* Sr. Raimundo] que lá só sabia notícia de que aqui no Acre era muito fácil de ganhar dinheiro. Aí ele disse: ah, eu vou pro Acre. (...) Diz ele que chegou

em Manaus soube notícia que o irmão dele tava em Guanabara. Que os patrões de primeira eram aviados de Manaus. Não era em Sena Madureira, era de Manaus. *Finado* Alfredo Vieira que era o coronel do Guanabara, o dono de lá. (...) E lá ele conversando topou-se com Alfredo Vieira, e soube que o irmão dele trabalhava com ele e foi com ele, e já trouxe ele diretamente pra lá” (Sr. Antônio Maciel, Seringal Porongaba, 09/03/2010).

O pequeno trecho acima indica como eram as formas de circulação das informações (*notícias*) sobre os seringais. Também indica como recrutavam-se trabalhadores e escolhiam-se *patrões* com base em relações de parentesco – o *coronel* recruta alguém cujo irmão ele já conhece, e o *chegante* aceita trabalhar com quem já é *patrão* do irmão.

Foi no *seringal* Guanabara que Sr. Raimundo casou e onde começou a trabalhar como *comboieiro*. Sr. Antônio conta como seu pai acabou mudando-se para o *seringal* Porongaba.

“Um bom *comboieiro* era um bom *seringueiro*. Corria a notícia dele de longe. Os patrões eram doidos por um bom *comboieiro*, que tratava bem dos animais, tinha cuidado e não faltava ao trabalho dele. Meu pai começou a receber recado e carta do *patrão* daqui [do *seringal* Porongaba], que era o *finado* Vivi. Aí foi pra cidade, por lá sei que ele animou-se e viemos embora pra cá” (Sr. Antônio Maciel, Seringal Porongaba, 09/03/2010).

O *finado* Vivi era o *patrão* do *seringal* Porongaba na época em que o *finado* Raimundo Maciel veio com esposa e

filhos do *seringal* Guanabara, há cerca de cinquenta anos. Sr. Antônio também contou que havia uma disputa entre os *patrões* pelo *bom seringueiro*, aquele que “*comprava e pagava, quando era fim de ano ele tinha o saldo*” (Sr. Antônio Maciel, Seringal Porongaba, 09/03/2010). Assim como um *bom seringueiro*, um *bom comboieiro* também era disputado pelos *patrões*.

No final do mês de dezembro, findo o período de *corte de borracha*, os *seringueiros* iam todos para a *margem* pesar a borracha produzida. Se retirado algum *saldo* (diferença positiva entre a quantidade de borracha produzida e as *mercadorias* consumidas) *baixavam* (pelo rio) para a *rua*. Na cidade é que os *seringueiros* recebiam propostas dos *patrões* para irem trabalhar em outro seringal; os *patrões* tentavam convencê-los oferecendo um maior adiantamento em dinheiro. Assim como na peonagem, por mais que a dívida estivesse inserida numa estrutura bastante distinta (Esterci 1987), o *saldo* de um *seringueiro* significava a possibilidade de escolher um outro local para viver e trabalhar. Segundo Sr. Antônio muitos seringueiros acabavam mudando-se para um seringal daquele *patrão* que adiantava mais dinheiro. Mas alguns acabavam optando por serem *colocados*¹¹ em um seringal que já conheciam.

Quando o *finado* Vivi saiu do *seringal* Porongaba vendeu o *movimento* do *seringal* para um outro *patrão*: o Mamede Assem. Conforme Sr. Antônio, e outros moradores, o que se vendia e comprava entre os *patrões* não era a terra, mas o *movimento*, que significa a venda das *benfeitorias*; neste caso: o *armazém*, o

barracão, a *casa de morada*, os animais de carga. Alhures (Narahara 2011) discute como certos casos de venda de *colocações* no presente apresentam aspectos análogos à compra do *movimento* de um seringal no passado.

Zezinho, filho do *finado* Hermes – *patrão* que comprou de Mamede Assem o *movimento* do Porongaba –, diz que seu pai não era o proprietário das terras do *seringal*. Os filhos do *finado* Hermes, dentre eles Zezinho, residem na área urbana de Sena Madureira. Era muito comum os *patrões* residirem na *rua*, de onde acompanhavam seus seringais empresas, que ficavam sob a direção direta de um *gerente*.

Em seus relatos de memória, os moradores mencionaram os nomes de dois *gerentes* que se sucederam na época em que o *finado* Hermes era *patrão*: os *finados* Zé Guilherme e Chico Nunes. D. Estelina veio, em 1987, com o marido de outro seringal para uma *colocação* de *centro* do Porongaba, localizada na beira do *Riozinho* (Figura 2). Ela chegou a mencionar que Chico Nunes também foi *patrão*, pois teria comprado o *movimento* do *finado* Hermes. Sr. Antônio Maciel narrou também que era comum o próprio *gerente* do seringal tornar-se *patrão*¹².

“Um *patrão* fazia o outro. E o *patrão* botava um *gerente* para gerenciar o seringal dele. Ele vivia por acaso lá na cidade, na rua. Ele botava um *gerente* aqui no seringal. E aquele *gerente* ia dando conta do seringal legal, toda a vida, toda a vida. No próprio instante em que ele deixasse de ser *patrão* ele já passava o *movimento* para aquela pes-

soa” (Sr. Antônio Maciel, Seringal Porongaba, 05/09/2010).

Na época em que o *finado* Hermes era o *patrão* do Porongaba “o seringal era todo aberto, todas as colocações tinham seringueiros” (Sr. Antônio Maciel, Seringal Porongaba, 09/03/2010), inclusive as *colocações* localizadas entre o *Riozinho* e o *Espalha*. Todo final de mês um *comboio* *aviava* as *colocações* pela *linha do Pau Forte*, e outro pela *linha do Piauí*. Ambos voltavam para a *sede do Porongaba* e juntos *aviavam* a *linha do Riozinho*. Retornavam para a *sede do Porongaba*, carregavam os animais e ambos *aviavam* a *linha do Espalha*, mais ao centro. Sr. Antônio Maciel – que trabalhou com seu pai em *comboio* por cerca de cinco anos, quando Sr. Raimundo já estava em idade mais avançada – relatou que eles passavam de doze a vinte dias *comboiando* no *centro*.

De acordo com Sr. Antônio Maciel, as *colocações* do *Espalha* eram *arrendadas* pelos *Diniz* – família de proprietários do *seringal* Sacado – para o *finado* Hermes. Havia sete *colocações* no *Espalha*, hoje todas desocupadas: *Espalha*, *Florestinha*, *Simpatia*, *Alto Alegre*, *Primeiro de Março*, *Bom Jardim* e *Cafezal*. Enquanto alguns moradores consideravam as *colocações* do *Espalha* como parte do *seringal* Sacado, Sr. Antônio Maciel as considerava como um pequeno *seringal* à parte. Lá havia inclusive um pequeno *depósito* – um ponto de comércio ligado a um *barracão* (Pantoja 2008).

As *mercadorias* que abasteciam o *seringal* eram trazidas nas mesmas embarcações que transportavam a produção de borracha: as *baleeiras*, embarcações de maior porte que circulavam pelo rio

Iaco no passado. Sr. Antônio Maciel rememora como funcionava este esquema de abastecimento dos seringais.

“O patrão fazia o pedido, baixava, fazia o financiamento no banco, o banco soltava aquele dinheiro, o patrão comprava a mercadoria pro seringal pra passar o ano. Só vinha de ano em ano, época de inverno. Mês de janeiro e fevereiro era tempo de vir os pedidos. Tempo que o rio tinha água, aí vinham as baleeiras grandes. Aí eles metiam aquela mercadoria ali, o pedido deles, pra tirar o ano. Aquilo ali só vinha no outro ano de novo. (...) era baleeira de trinta toneladas, quarenta toneladas. Trazia mercadoria de quatro, cinco seringais aqui. Cada qual, chegava aqui em Porongaba, deixava o pedido do *finado* Hermes, chegava na Curitiba deixava a do outro patrão de lá, ia pra Boa Esperança [um seringal também no rio Iaco] deixava pra outro” (Sr. Antônio Maciel, Seringal Porongaba, 09/03/2010).

Entre as *mercadorias* “vinha de tudo, açúcar, óleo, vinha de tudo, de tudo mesmo. Terminava no vestido, calçado, sandália, fazenda, medicamento”. (Sr. Antônio Maciel, Seringal Porongaba, 09/03/2010). Quando *baixavam* para a cidade, as embarcações levavam a produção de borracha:

“Aí na descida pegava a borracha dos patrões. Que de primeiro levava em balsa essas borrachas defumadinhas. Fazia umas balsonas redondas assim. Descia aquele pessoal em cima daquelas balsas, as baleeiras atrás. Depois da balsa inventaram o puxado com umas cordas. Metia na água, fazia aquelas fileiro-

nas de borracha, aí saía puxando na baleeira” (Sr. Antônio Maciel, Seringal Porongaba, 09/03/2010).

Estas *baleiras* pertenciam, segundo Sr. Antônio, a donos de estabelecimentos comerciais localizados na área urbana de Sena Madureira: Zé Dias, Antônio Canizo (que controlava o *seringal* Petrópolis, também localizado no rio Iaco, à montante do Porongaba) e Zé Nézi-nho. Como relatou Almeida (1993) para o Alto Juruá, existia uma cadeia comercial que envolvia os *patrões* e a infraestrutura existente nos seringais para abastecimento de *mercadorias* e escoamento da borracha, casas comerciais localizadas em cidades da micro-região e mesmo estabelecimentos localizados em outros estados.

No *tempo da seringa*, poucos eram os grupos domésticos que *botavam roçados*. O *patrão* vendia os gêneros alimentícios básicos, dentre eles a *farinha*, que com a *caça* formavam (e ainda formam) os principais elementos da alimentação. Considerando os valores da borracha e da *farinha* compensava, em termos de investimento de trabalho, *cortar seringa*: produzir borracha ao invés de *botar roçado*.

AM: Seringueiro de primeiro, antigamente, não ligava pra roçado não. Porque o patrão tinha de tudo: a farinha, feijão, tudo tinha ele. E o patrão não achava bom seringueiro brocar roçado, ele queria era a borracha, seringueiro ia pro centro era pra fazer borracha. Quem ia brocar roçado ia se empalhar. Invés de brocar ele ia era cortar, e com dinheiro de um dia de corte ele comprava um paneiro [cerca de quarenta quilos de farinha].

K: Acabava que, de repente, nem compensava?

AM: Não, não compensava você tirar um dia e fazer um roçado. Mais fácil era cortar seringa que fazia mais vantagem. (Sr. Antônio Maciel, Seringal Porongaba, 09/03/2010).

Mas como o próprio Sr. Antônio indica, o *patrão* também não gostava que o *seringueiro* gastasse seu tempo de trabalho em atividades do *roçado*. Pelado – que veio para o *seringal* Porongaba ainda solteiro, por volta de meados dos anos 1980, e hoje reside com sua esposa e filhos no *centro* do *seringal* Porongaba – conta que podia acontecer do *patrão* até *empatar* de *botar roçado*.

P: No tempo da seringa eram poucos, eram poucos que colocavam roçado. Porque os patrões só queriam saber de borracha. Aí o seringueiro só queria saber de fazer muita borracha, e aí era um tempo perdido, que eles só trabalhavam para o patrão. O patrão não subia e eles ficavam no piseiro velho. Porque ele comprava farinha. Se ele pudesse comprar arroz, feijão, era de tudo comprado, ele não plantava nada. Já outros não, outros plantavam o arroz, plantavam a farinha, que é a roça, o milho, feijão, cana. Quer dizer que esses tinham mais o que comer.

K: Mas o patrão chegava a empatar de plantar?

P: Tinha muitas vezes que empata-va, não queria. Porque o seringueiro se empalhava. (Pelado, Seringal Porongaba, 01/03/2010).

O’Dwyer (1998) e Schweickardt (2010) também relatam a proibição de *botar ro-*

çados por parte dos *patrões* no Alto e no Médio Juruá, respectivamente. Entretanto, a possibilidade de proibição pelo *patrão* de que os grupos domésticos tivessem seus *roçados*, ou simplesmente o fato de que o *patrão* não gostava que o *seringueiro* perdesse tempo de trabalho nos plantios, não significava a inexistência de *roçados*. Conforme apontou Almeida (1993) o controle absoluto sobre o processo de trabalho desenvolvido pelos grupos domésticos por parte dos *patrões* nunca fez parte da estrutura do seringal empresa, nem mesmo na época de surgimento dos primeiros empreendimentos seringalistas. De acordo com o autor, o controle sempre se caracterizou pela ênfase na tentativa de imposição do monopólio comercial, estruturado através de um sistema de débitos envolvendo a troca de borracha por *mercadorias*.

Em um seringal no rio Tarauacá (AC), no final dos anos 1970, Zanoti (1979) observou que a presença ou não de *roçados* estava, em parte, relacionada à fase do ciclo de desenvolvimento em que se encontrava um grupo doméstico: um grupo com vários filhos maiores podia organizar-se de forma que as ações ligadas à extração de borracha não ficassem prejudicadas. Assim, “somente quando o seringueiro tem garantido o acesso às mercadorias do barracão, através da borracha, é que pode se dedicar a outras atividades” (Zanoti 1979: 96). Teixeira (1980) – em um estudo, também do final dos anos 1970, em seringais localizados em Humaitá, sul do Amazonas – indica que a liberdade para que o seringueiro se engajasse em outras atividades (dentre

elas a agricultura) existia na medida em que não atrapalhasse a jornada de trabalho voltada à produção de borracha. Pode ser que no *tempo da seringa* também a disponibilidade de mão-de-obra do grupo doméstico fosse um fator determinante no desenvolvimento da agricultura no *seringal* Porongaba.

E A BORRACHA CAIU DE PREÇO

O *finado* Hermes vendeu o *movimento* do *seringal* Porongaba para Jonas Pinoza, entre o fim dos anos 1980 e meados dos anos 1990. Jonas morava anteriormente no *seringal* Bonfim – localizado em frente ao Porongaba, na margem oposta do rio Iaco – e quando comprou o *movimento* do *seringal* mudou-se para a *sede do Porongaba*. Antes, Jonas era *freteiro* no rio Iaco: trabalhava transportando passageiros.

Durante cerca de três a cinco anos Jonas conseguiu tocar o *seringal*. Chegou a *aviar* durante três ou quatro anos as *linhas* do *Riozinho* e do *Espalva*. Como mencionado anteriormente, na *linha do Santa Luzia*, depois que o *finado* Hermes *saiu do seringal*, o *finado* Tonó permaneceu *aviando* até o seu falecimento. Jonas teria tentando *aviar* a linha do Santa Luzia depois do falecimento de Tonó, mas logo parou.

AM: Ele [Jonas] tocou [o seringal Porongaba] uns três anos, mas ele não soube trabalhar. E, sabe, quando a pessoa não sabe administrar uma coisa aí não vai. Começou a vender fiado e não recebia. Aí o cara vai quebrando, não é? E ele ficou sem nada mesmo, não tinha nem um quilo de açúcar em casa.

Acabou com tudo. (...) **Também a borracha caiu de preço**, aí acabou com tudo mesmo, cada qual já foi desgostando dele, já **foi comprando fora, foi comprando de outro**. Aí ficou, acabou-se.

K: E ele não empatava [de vender para outro], não tinha como empatar?

AM: Não tinha como mais, não tinha mais. Nessa época ele não era financiado no banco, entendeu? **Só empatava quem era financiado no banco**, e ele não era. Começou a faltar as coisas. O seringueiro ia atrás de uma coisa e não tem. Com a borracha, não tô devendo a ele, então vou comprar onde tem. (Sr. Antônio Maciel, Seringal Porongaba, 09/03/2010, grifo meu).

Jonas começou a ficar *sem condições*: sem ter como comprar *mercadorias* para vender para o *freguês*¹³. Segundo Sr. Antônio, esta perda de *condições* refletia não só uma má administração por parte de Jonas, mas também um descenso no sistema mercantil da borracha.

A fala transcrita acima aponta ainda para outra questão: a tensão entre os *patrões* e os comerciantes que circulavam pelos seringais: os *marreteiros*¹⁴. Conforme Jonas ficava *sem condições*, os *seringueiros* começavam a comprar produtos com estes comerciantes. Como mencionado, o controle sobre os seringais operava através do monopólio comercial exercido pelos *patrões*. De acordo com Almeida (1993), no Alto Juruá dos anos 1980 se o *patrão* falhava em prover *mercadorias* (bens considerados fundamentais para a vida dos grupos domésticos no interior dos seringais) havia uma justificativa para que fos-

sem estabelecidas outras vinculações comerciais – com comerciantes itinerantes ou mesmo com *patrões* de outros seringais.

Sr. Antônio também ressalta que Jonas “*não era financiado no banco*”. Na década de 1980, os *patrões* de seringais acreanos podiam obter financiamentos em bancos públicos para investir na empresa extrativa. Os empréstimos eram voltados, oficialmente, à aquisição de bens de consumo e instrumentos de trabalho (Almeida 1993). De acordo com este mesmo autor esses financiamentos eram mobilizados pelos *patrões* como argumento para manutenção do monopólio comercial, já que a produção de borracha futura era dada como garantia ao banco. Além de ter ficado *sem condições*, Jonas não tinha como argumentar pelo monopólio sobre as relações comerciais envolvendo a produção de borracha no *seringal* Porongaba, uma vez que não tinha um financiamento bancário.

Os *marreteiros* vinham de Sena Madureira, pelo rio Iaco, e às vezes de *Xapuri*, pelos fundos do *Espalha*. Como narrou Sr. Antônio, os caminhos entre o rio Iaco e *Xapuri*, em meio a floresta, eram todos abertos. *Zelar* pelos *varadouros*, assim como pelas *estradas de seringa*, mantendo-os *limpos* (abertos), era, inclusive, responsabilidade dos *patrões*.

“Era tudo aberto, isso aqui, os caras que tavam ali batiam em *Xapuri*. Tudo aberto, tudo aberto, o mesmo que a gente andar daqui pro Riozinho ali, pra beira da rodagem, era mesma coisa. Ainda era melhor, porque os caminhos eram roçados, agora não é. Que os *patrões* man-

davam roçar, os varadouros, tudo direitinho” (Sr. Antônio Maciel, Seringal Porongaba, 09/03/2010).

Nunca existiu um monopólio comercial absoluto no seringal empresa (Almeida 1993). Como ressaltaram este autor e Teixeira (1980), comerciantes itinerantes, como *marreteiros* e *regatões*, sempre fizeram parte da vida nos seringais¹⁵. O uso de *varadouros* clandestinos pelos grupos domésticos para venda de borracha era comum no Alto Juruá, nos anos 1980 (Almeida 1993). Conforme a fala citada, os *seringais* da margem direita do médio rio Iaco eram conectados por uma densa rede de *varadouros* que ligava as bacias hidrográficas do Acre e Purus, o que abria a possibilidade de estabelecimento de relações comerciais entre os grupos domésticos e *marreteiros*, à revelia dos *patrões*. Além disso, não podemos desconsiderar as diferentes formas de resistência construídas pelos *seringueiros*, uma identidade também política (Esterci 2002; O’Dwyer 2003), ao longo do tempo¹⁶.

Em meio a esta tensão, mas também à complementaridade, entre comerciantes itinerantes e os *patrões* que comandavam os seringais, o crime contra o monopólio dos *patrões* era uma das principais infrações às regras costumeiras do seringal empresa (Almeida 1993). Vejamos o que narra Sr. Antônio Maciel:

“Porque o caso do **patrão de antigamente** era esse. O patrão era quem mandava no seringal todo. Todo. Vamos dizer, um patrão da Porongaba aqui. Então, ele mandava nesse seringal de Porongaba

todo. Todas as colocações era o patrão quem mandava. [...] **Todo seringueiro era humilhado do patrão. Não tinha seringueiro liberto. A não ser que ele arrendasse a colocação, não é?** Um seringueiro não podia vender um quilo de borracha fora para outra pessoa. Não podia vender um quilo de sernambi. Nessa época existia sernambi [um tipo de borracha de menor qualidade], não é? Da borracha, do leite. Aí, o seringueiro, tudo ali era sujeito ao patrão. Se um seringueiro vendesse e os patrões soubessem “o seringueiro fulano de tal vendeu cinquenta quilos de borracha para um marreteiro fulano de tal”, o patrão ia lá, metia o comboio no varador, ia lá, chegava, tirava a conta dele e **mandava ele embora**. Ele tinha que ser sujeito ao patrão. Isso aí era o que devesse, o que tivesse saldo, seja ele quem fosse. O patrão era quem mandava. Eram os reis do seringal, não é?” (Sr. Antônio Maciel, Seringal Porongaba, 05/09/2010, grifo meu).

Um crime contra o monopólio comercial do *patrão* era motivo para expulsão do seringal. À relação com os *patrões*, baseada neste monopólio, era comum a associação das categorias *humilhado* e *sujeito*. Pelado fala de um passado em que era *humilhado* – quando vivia na *colocação* São Paulo, também no *centro* do Porongaba – e de um presente em que está *liberto*, pois pode vender seus produtos (no passado a borracha, no presente a castanha) e comprar *mercadorias* sem estar *sujeito* a ninguém¹⁷.

“Aqui era melhor porque no [na colocação] São Paulo eu era humilhado. Você sabe o que é humi-

lhado? Humilhado é outro homem assim a sujeito. E aqui não, aqui eu não sou... Eu comprava de quem queria, e vendia meu produto pra quem queria (...) E aí eu fiquei liberto, não fiquei sujeito a ninguém, e hoje vivo assim” (Pelado, Seringal Porongaba, 01/03/2010).

Se o pagamento de *renda* pelo seringueiro ao *patrão* do seringal para usufruto das *estradas de seringa* pôde motivar a organização de movimentos de resistência que questionavam a legitimidade deste monopólio – como aconteceu em seringais do Alto Juruá nos anos 1980, levando à criação da primeira Reserva Extrativista federal em 1990 (Almeida 1993; O’Dwyer 1998) –, o *arrendamento* de *estradas de seringa* de certa forma pode significar uma maior autonomia dos grupos domésticos, que passam a ter liberdade para estabelecer relações comerciais.

“Antigamente eles arrendavam, os patrões para os seringueiros. Os seringueiros, no caso, não queriam se aviar com eles. Eles arrendavam as estradas para os seringueiros. Os seringueiros ficavam **libertos**, só pagavam a renda das estradas. Por acaso, de três estradas eles pagavam noventa quilos de borracha por ano. **O patrão pegava aquela renda e o seringueiro ficava com as estradas.** Aí ele [seringueiro] **comprava e vendia para quem queria**” (Sr. Antônio Maciel, Seringal Porongaba, 05/09/2010, grifo meu).

Com a queda na economia da borracha no início do século XX os *patrões* do Alto Juruá começaram a estabelecer contratos de *arrendamento* das *estradas de*

seringa para os seringueiros, sem cláusulas de monopólio comercial (Almeida 1993). De acordo com este autor o *arrendamento* baseia-se em uma concepção do seringal enquanto um conjunto de seringueiras que pertencem a alguém. Sr. Antônio menciona que ao pagar a *renda* para o *patrão* o “*seringueiro ficava com as estradas*”, possuindo assim direitos especiais sobre seu uso – por mais que elas ainda pertencessem ao *patrão* –, de forma que era *liberto* para estabelecer vínculos comerciais com quem tivesse interesse.

No caso do Médio Juruá, como demonstraram O’Dwyer (1998) e Schweickardt (2010), o pagamento de *renda* não significava ser *liberto*, já que a *renda* dava aos grupos domésticos o direito de acessar as *estradas de seringa*, permanecendo a obrigação de venda de toda produção de borracha para o *patrão* que o arrendava. Talvez a liberdade comercial mencionada por Sr. Antônio Maciel no caso de arrendamento de *estradas de seringa* seja uma situação contemporânea à queda na economia da borracha, com a respectiva crise no abastecimento de *mercadorias* por parte dos *patrões*.

A borracha caía de preço, o *patrão* ficava *sem condições*, e o *seringal* Porongaba passava por um processo de esvaziamento, que se iniciou por volta de meados dos anos 1980. Juraci – que no final dos anos 1980 vivia com sua mãe na *colocação* Piauí, no *centro* do Porongaba, e hoje vive com sua família em uma outra *colocação* também no *centro* deste *seringal* – mencionou que logo no início dos anos 1990 a maior parte das *colocações* do *Riozinho* estavam vazias.

Vejamos o que conta Pelado e D. Cléo sobre essa época.

“É, muita gente foi embora. A borracha desvalorizou, a castanha não tinha valor. O pessoal vão saindo pra rua, né, vão saindo pra rua, porque vão fazer o que aqui? Vão comer o que? Aí vão saindo, vão saindo” (Pelado, Seringal Porongaba, 01/03/2010).

“Na época em que a borracha caiu de preço não tinha de que viverem. Porque nessa época castanha era só besteirinha, só era da seringa, da seringa. Aí, eles foram saindo para a rua, foram saindo para a rua. Também não sei nem em que eles arrumaram trabalho lá” (D. Cléo, Seringal Porongaba, 11/09/2010).

A borracha tinha perdido valor no mercado, e a castanha tinha um baixo valor de comercialização. Segundo Juraci, a comercialização de castanha no *seringal* Porongaba por alguns grupos domésticos iniciou-se na segunda metade dos anos 1980. Mas foi nos anos 1990 que o seu comércio ganhou maior fôlego, com um maior número de grupos domésticos do *seringal* extraíndo castanha para a venda. Ainda assim o preço de venda, segundo os moradores, era muito baixo nesta época. Segundo Sr. Zé Lima, presidente da COOPERIACO, e os próprios moradores do *seringal*, foi apenas em 2004 que o preço da castanha começou a melhorar.

O casal Manoel Preto e Fiona, que vivem com seus filhos no *centro* do Porongaba, guardam algumas *notas*¹⁸ que apontam os preços pagos por *lata* de castanha (medida padrão para medição de castanha na região, correspondendo a cerca de dez quilos, quando úmi-

da). Em 2002, o preço pago por *lata* de castanha foi de R\$ 2,00 (dois reais). Já em 2004, o preço pago por *lata* foi de R\$ 13,00 (treze reais). Nestes dois anos, toda a castanha e a borracha produzida por Manoel Preto e Fiona foi vendida para Bidó, que vive no e é um dos herdeiros do *seringal* Sacado. Pelo relato dos moradores, Bidó teria sido o primeiro a comprar castanha no *seringal* Porongaba. A nota de 2004 inclui também *mercadorias* compradas pelo casal: bota (de borracha sintética), leite em pó, sabão em pó, óleo de cozinha, pasta de dente, sal, açúcar, tubo de pólvora, espoleta, pilha, lima, isqueiro, napa, chinelo e balde. Alguns destes itens são utilizados na caça, enquanto outros no *corte de seringa* e nos *roçados*, além daqueles destinados ao consumo na *barraca*.

Foi no início dos anos 2000 que a COOPERIACO começou a atuar no rio Iaco, e também no *seringal* Porongaba, e que a COOPERACRE foi fundada. Também foi nessa mesma época que o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB (vinculada ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento) foi criado. Em 2004 a COOPERACRE acessou pela primeira vez os recursos do PAA (BRASIL s/d). Segundo ainda dados oficiais, o preço pago ao produtor por *lata* de castanha no Acre teria mais que dobrado entre os anos de 2001 e 2004 (BRASIL s/d).

O PAA, uma das ações do Fome Zero, envolve um instrumento denominado Compra Antecipada – CPR Alimento, que permite a antecipação do pagamento para produtores familiares pela produção, e contempla a castanha. Os

recursos do PAA são repassados anualmente para COOPERIACO, o que deu a esta cooperativa uma importante vantagem com relações a outros intermediários na compra da castanha no *inverno* de 2010, pela possibilidade de pagamento da produção no ato da compra¹⁹. Os preços de compra da COOPERACRE (repassados a todas às cooperativas afiliadas) seguem ainda a Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, uma iniciativa federal que desde 2009 inclui a borracha e a castanha. Este contexto de uma estrutura de cooperativas, aliado a uma política estatal de fornecimento de recursos financeiros para a compra antecipada da produção, refletiu na melhoria do preço. Outros fatores, como o próprio aumento da demanda de mercado, também deviam estar em jogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Foi acontecendo que os patrões foram saindo. Foram saindo, foram saindo, aí foram **invadindo de marreteiro**. (...) Entravam pro centro. Aí os patrões foram se desgostando, desgostando, e foram abandonando. Ela [borracha] foi **caindo de preço** já, eles [patrões] foram largando mais por causa de preço. (...) No começo, o seringueiro pensava que tava melhorando pra eles. É por que, vamos dizer, o patrão aqui pagava o preço, a borracha de um preço, no fim de ano, aí os marreteiros chegavam lá e já seduziam, botava outro preço, eu te pago logo. **Foi comprando, comprando, os patrões já foram se desgostando. A borracha já foi também diminuindo de preço,**

eles viram que não ia dar mais pra eles, abandonaram de uma vez” (Sr. Antônio Maciel, Seringal Porongaba, 09/03/2010, grifo meu).

As memórias dos moradores do Porongaba apontam para um passado em que a borracha era o elemento central da vida no *seringal*. Também apontam para um passado um pouco diferente daquele descrito pela historiografia oficial, indicando que havia espaço para certa liberdade, conforme já haviam demonstrado outros autores (Almeida 1993; Leal 2007; Pantoja 2008).

A borracha foi *caindo de preço*, os *marreteiros* foram *invadindo*, e os *patrões* começaram a ficar *sem condições*, já que o monopólio comercial exercido por eles estava sendo perdido em função da sinergia entre a queda na economia gomífera e a atuação dos comerciantes itinerantes.

Com a saída de cena dos *patrões* muitos grupos domésticos abandonaram suas *colocações*, pois um elemento fundamental da vida no *seringal* estava sendo perdido: a garantia do abastecimento de *mercadorias*. As *mercadorias* eram adquiridas a partir da venda da borracha; com a queda no preço de comercialização deste produto extrativo os grupos domésticos tinham maiores dificuldades para consegui-las.

Muitos dos moradores que saíram do *seringal* Porongaba foram viver na *rua*; outros devem ter ido tentar a vida em outros *seringais* ou em outras áreas rurais (alguns deles até retornaram posteriormente para a região do Médio Iaco). Porém, muitos de seus vizinhos, *compadres* e *parentes* permanecem até

hoje vivendo no *seringal* Porongaba. A borracha perdeu espaço no cotidiano das *colocações*, e a castanha, antes vendida a preços irrisórios, passou a ser o principal produto comercializado pelos grupos domésticos. Vimos, pelas falas dos moradores, que se a castanha tivesse *valor* talvez ao menos parte dos grupos domésticos não tivesse abandonado o *seringal*. Quem sabe até mesmo os *patrões* não tivessem abandonado seus empreendimentos. Mas, deixando o exercício contrafactual de lado, o fato foi que quando a borracha perdeu seu posto de principal produto do *seringal* a castanha ainda não era um produto de *valor*, e muitos deixaram a vida no Porongaba para trás.

Houve uma tendência de esvaziamento dos seringais em todo o sudoeste amazônico, especialmente dos *centros*, com as diversas crises no mercado de borracha nativa. Vimos que as *colocações* mais ao *centro* do Porongaba, no *Riozinho*, permanecem desocupadas desde a última grande queda de preço da borracha. Porém, por mais que as *colocações* mais distantes da *margem* tenham sido abandonadas, as *colocações* do *centro* do Porongaba continuaram habitadas por grupos domésticos, que chegavam a viver a quase um dia de viagem desde a beira do rio Iaco, a principal via de acesso de pessoas e *mercadorias*.

Afinal por que parte dos grupos domésticos do *seringal* Porongaba, apesar da falta de um produto de *valor* que pudesse proporcionar condições para a compra de *mercadorias*, não foi embora, como fizeram tantos outros? Seguindo a linha argumentativa de Sahlins (2007), a atualização das forças e rela-

ções do sistema capitalista mundial nos esquemas culturais locais faz com que a vida nos seringais não seja simples reflexo da economia. Não se trata de uma simples “física de relações proporcionais entre ‘impactos’ econômicos e ‘reações’ culturais” (Sahlins 2007: 446). Apesar dos grupos seringueiros não escaparem dessas forças, constroem-se estruturas e sistemas de significação que não os fornecidos pelo contexto hegemônico. Como indicou Sahlins (2007) esta apropriação cultural das forças externas constitui a base de sua ação histórica.

Assim, a decisão pela permanência ou saída do *seringal* não refletiu apenas uma avaliação de oportunidades econômicas. Cada grupo doméstico deve ter levado em conta outros fatores, como, por exemplo, a fase do ciclo de desenvolvimento em que se encontrava o grupo, o surgimento de oportunidades em outros locais, as preferências de moradia, as estratégias de grupos de parentesco e o acesso ao ensino formal. Já que “destino não é história” (Sahlins 2007:448), os moradores do *seringal* Porongaba puderam traçar um caminho distinto daquele ditado pela correlação de forças no sistema de comercialização de produtos extrativistas.

AGRADECIMENTOS

O presente artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla, que deu origem à minha Dissertação de Mestrado (Narahara 2011), desenvolvida no âmbito do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA da Universidade

Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, sob orientação da professora Neide Esterici (UFRJ) e co-orientação da professora Mariana Pantoja (UFAC). Agradeço as contribuições dos professores Fernando Rabossi (UFRJ) e Eliane O'Dwyer (UFF) e dos pareceristas da revista.

NOTAS

¹ Todas as palavras, expressões e categorias utilizadas pelos interlocutores da pesquisa estão grafadas em itálico.

² Que remetem aos limites do Porongaba enquanto uma propriedade privada. Voltarei a esta questão.

³ Para mais informações sobre essas cooperativas, sobre os outros dois compradores de castanha que atuaram no *seringal* Porongaba em 2010 (que não estão ligados a cooperativas) e sobre as dinâmicas associadas à extração, venda e escoamento da castanha no *seringal*, ver Narahara (2011).

⁴ Empreendimento econômico conduzido por um *gerente* sob as ordens de um *patrão* centrado na extração de borracha para comercialização, tendo como base territorial uma área de seringal nativo na região amazônica. Os primeiros seringais empresa formaram-se no final do séc. XIX.

⁵ De acordo com Pantoja (2008) o *barracão* era o entreposto comercial do seringal empresa. O local onde ficavam as *mercadorias*. Ver Teixeira (1980) para uma análise do *barracão* enquanto instituição fundamental do seringal empresa.

⁶ Nos finais de semana, especialmente nos domingos, é muito comum os moradores visitarem parentes e amigos em *colocações* no mesmo *seringal* ou em *seringais* vizinhos.

⁷ Categoria que remete à ideia de posse e/ou propriedade. Pode referir-se a um território (como um seringal ou uma *colocação*),

à produção extrativista (castanha ou *seringa* extraída), a outros recursos (como uma pastagem) ou a animais de criação.

⁸ Elemento fundamental do monopólio comercial dos *patrões*, tratava-se da venda de *mercadorias* pelo *patrão* para os grupos domésticos à prazo, pagas com borracha. Também pode significar o simples fornecimento de *mercadorias*, quando se trata do *aviamento* dos *patrões* por parte das casas comerciais em áreas urbanas. Sobre sistema de *aviamento* ver Almeida (1993), O'Dwyer (1998), Pantoja (2008), Teixeira (1980) e Zanoti (1979). Sobre significados contemporâneos de *aviamento* ver Narahara (2011).

⁹ Conjunto de bois de carga, sob responsabilidade do *comboieiro*, faziam parte das *benfeitorias* pertencentes ao *patrão*/seringal empresa.

¹⁰ Sobre os diversos planos sociais que conectam a *rua* e o *seringal*, ver Narahara (2011).

¹¹ Na época em que os seringais eram comandados por *patrões*, para um *seringueiro* (sozinho ou com seu grupo doméstico) morar e trabalhar em um seringal ele precisava ser *colocado* pelo *patrão* na *colocação*. Ou seja, ter licença de morar e trabalhar numa *colocação*.

¹² Almeida (1993) também menciona casos semelhantes em seringais do Alto Juruá. Pantoja (comunicação pessoal) menciona que no Alto Juruá é comum que os moradores refiram-se aos antigos *gerentes* dos seringais como *patrões*, de forma que ser *patrão*, nestes casos, estava relacionado ao gerenciamento do seringal e das *mercadorias*.

¹³ O *seringueiro* que vivia na *colocação* de um seringal de um certo *patrão* era considerado seu *freguês*.

¹⁴ Também referidos como *regatões*. Não percebi se há para os moradores do *seringal* Porongaba uma diferença entre *marreteiro*

e *regatão*, como observou Almeida (1993), nos anos 1980, no Alto Juruá. Ainda hoje eventuais comerciantes que circulam pelo rio Iaco ou pelos *varadouros* vendendo roupas, objetos pessoais e utensílios domésticos são chamados de *marreteiros* pelos moradores do Porongaba.

¹⁵ Ver Monteiro (1958) e seu clássico trabalho sobre a atuação de *regatões* na região amazônica.

¹⁶ Ver também estudo de Leal (2007) sobre as estratégias de resistência de seringueiros entre o fim do séc. XIX e início do séc. XX; e Almeida (1993), O'Dwyer (1998) e Zanoti (1979) para tempos mais recentes.

¹⁷ O'Dwyer (1998) também registrou a distinção entre *liberto* e *sujeito* em seringais do Alto Juruá, como referências à, respectivamente, autonomia e falta de autonomia de um grupo doméstico em relação ao *patrão*.

¹⁸ Listas que indicam as *mercadorias* compradas e também os produtos vendidos por um grupo doméstico. O termo também é associado a listas de *mercadorias* a serem compradas na *rua*.

¹⁹ Ver Narahara (2011) para compreender a disputa entre os compradores/intermediários pela produção de castanha no *seringal* Porongaba.

REFERÊNCIAS

Almeida, M. W. B. 1993. *Rubber tappers of the upper Jurna River, Brazil: The making of forest peasant economy*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Darwin College, Universidade de Cambridge, Cambridge.

_____. Wolff, C. S.; E. L. Costa & M. P. Franco. 2002. Habitantes: os seringueiros, in *Enciclopédia da Floresta*. Organizado por M.C. Cunha & M. B. Almeida, pp. 105-146. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Bailey, F. G. 1971. *Gifts and Poison*. Oxford: Basil Blackwell.

Benchimol, S. 1992. *Romanceiro da Batalha da Borracha*. Manaus: Imprensa Oficial do Gov. do Amazonas.

Brasil. s/d. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Programa de Aquisição de Alimentos PAA - Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa!* 1ª ed. Brasília, DF: MDS.

Cunha, E. 2005. *À margem da História*. Rio de Janeiro: ABL.

Esterci, N. 1987. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Vozes.

_____. 2002. Conflitos ambientais e processos classificatórios na Amazônia brasileira. *Boletim Rede Amazônia* 1(1): 51-62.

Ferreira, R. L. 1910. *Roteiro do Rio Purus e seus afluentes*. Manaus: Oficinas da Imprensa Oficial.

Geertz, C. 1967. Form and variation in Balinese village structure, in *Peasant Society, a Reader*. Editado por J. M. Potter, M. N. Dias & G. M. Foster, pp. 255-278. Boston: Little Brown.

_____. 1980. *Negara: o Estado Teatral no século XIX*. Rio de Janeiro: DIFEL.

IBGE. 2009. *Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura*. IBGE 22: 1-47.

ICMBIO. 2008. *Processo de criação da Reserva Extrativista do Médio Iaco: caracterização da população residente*. Rio Branco: IBAMA/ICMBio (mimeo).

Iglesias, M. P. 1998. *Levantamento sócioeconômico, laudo biológico e situação fundiária da área indicada para a criação da Reserva Extrativista do Alto Tarauacá*. Vol. I. Brasília: PPG7.

Leal, D. A. 2007. *Entre barrações, varadouros e tapiris: os seringueiros e as relações de poder nos seringais do Rio Madeira (1880-1930)*. Dissertação de Mestrado. Sociedade e Cultura na

- Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus/AM.
- Mauss, M. 2003a. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas, in *Sociologia e Antropologia*, pp. 185-314. São Paulo: Cosac & Naify.
- _____. 2003b. Morfologia social: Ensaio sobre as variações sazonais das sociedade esquimós, in *Sociologia e Antropologia*, pp. 425-505. São Paulo: Cosac & Naify.
- Melo, M. D. 1994. *Do sertão cearense às barrancas do Acre*. Manaus: Ed. Calderaro.
- Monteiro, M. Y. 1958. *O Regatão*. Manaus: Sérgio Cardoso & Cia. Ltda.
- Narahara, K. L. 2011. *Entre a margem e o centro: agroextrativismo, troca e reciprocidade em um seringal acreano*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ.
- _____. 2012. O quebrar castanha e o criar gado em um seringal acreano. *Campos* 13(1): 61-79.
- O'Dwyer, E. C. 1998. *Seringueiros da Amazônia: dramas sociais e o olhar antropológico*. Niterói: EdUFF.
- _____. 2003. Reserva Extrativista e sistema de aviação na Amazônia: o caso da exploração madeireira no rio Juruá. *Boletim da Rede Amazônia* 2(1): 73-82.
- Pantoja, M. 2008. *Os Milton: 100 anos de história no seringal*. Rio Branco: EDUFAC.
- Pantoja, M.; E. L. Costa & A. Postigo. 2009. A presença do gado em reservas extrativistas: algumas reflexões. *Revista Pós Ciências Sociais* 6: 115-130.
- Queiroz, M. I. 1973. *Bairros Rurais Paulistas: dinâmicas das relações bairro rural – cidade*. São Paulo: Duas Cidades.
- Sahlins, M. *Ilbas de História*. 2003. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. 2007. Cosmologias do Capitalismo: o setor transpacífico do “sistema mundial”, in *Cultura na Prática*, pp. 443-499. Rio de Janeiro: EDUFRJ.
- Schweickardt, K. H. S. C. 2010. *As diferentes faces do Estado na Amazônia*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ.
- Teixeira, C. C. 1980. *O aviação e o barracão na sociedade do seringal. Estudo sobre a produção extrativista de borracha na Amazônia*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP.
- Tocantins, L. 1979. *Formação Histórica do Acre*. Vol.1. Rio Branco: Gov. do Estado do Acre.
- Zanoti, M. H. A. 1979. *Os seringueiros. Estudo de caso em um seringal nativo do Acre*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília/DF.

Recebido em 31/05/2013

Aprovado em 29/08/2015